

**TRANSLATING INSTITUTIONS: AN ETHNOGRAPHIC
STUDY OF EU TRANSLATION**
Kaisa Koskinen. Manchester: St. Jerome, 2008

Narjara Ferreira Mitsuoka

O estudo de Kaisa Koskinen intitulado *Translating Institutions: An Ethnographic Study of EU Translation* reúne o resultado de uma pesquisa etnográfica e assinala o esforço de analisar não somente a tradução como um produto, mas as pessoas que desenvolvem esse trabalho, o contexto no qual o desenvolvem e suas relações interpessoais. Seguindo a introdução da autora, o objetivo do estudo é delinear “a rede de identificações” na qual os participantes, tradutores da unidade finlandesa da Comissão Europeia, estão inseridos e realizam o seu trabalho. Para tanto, Koskinen faz uso da pesquisa etnográfica e qualitativa. Ao justificar a metodologia, Koskinen considera fundamental o contexto no qual a tradução é realizada e os fatores internos e externos que permeiam este trabalho. Além disso, discute o seu papel como pesquisadora e defende a grande contribuição que tal estudo pode prestar aos estudos descritivos da tradução.

A autora justifica o título pelo fato de que o estudo de caso apresentado aborda uma instituição cujos documentos são traduzidos para diversos idiomas, e também, porque os tradutores interpretam ou “traduzem” essa instituição. (p. 3) Se, por um lado, há uma instituição que solicita uma tradução, por outro, essa mesma instituição é traduzida por meio de suas traduções institucionais. (p. 27)

O livro é dividido em duas partes. A primeira delas é composta por dois capítulos que apresentam uma ampla variedade de conceitos e fundamentação teórica, além de apresentar a metodologia. Citando diversas abordagens de estudos da tradução e alguns de etnografia, a autora discorre sobre temas como normas (Toury) (p. 20), patronagem (Lefevre) (p. 22) e catego-

rias de instituições tradutórias, aplicando-as ao caso finlandês. Além disso, dedica uma seção ao treinamento de tradutores e às disparidades com relação às diferentes línguas, como escassez de cursos, falta de regulamentação, prestígio e reconhecimento, argumentando que a formação profissional e educacional dos pares pode variar muito nos diferentes idiomas (p. 34). Ainda nesta primeira parte, Koskinen argumenta que as instituições da União Europeia constituem uma cultura, o que, segundo a própria autora, tem sido alvo de críticas e cita Anthony Pym para sustentar o seu argumento. De acordo com Pym, as instituições constituem “locais de intersecção cultural” (p. 43). Sendo assim, Koskinen alega que as traduções podem ser “intraculturais” ou “interculturais”, no sentido de que os textos podem ser traduzidos para um público-alvo dentro ou fora da instituição. Embora parta do pressuposto de que as unidades de tradução da União Europeia constituem uma cultura, possivelmente pelo fato de que os oficiais vivem, de certa forma, isolados em uma localidade com toda a infraestrutura de que necessitam, como banco, mercado, correio, escola europeia para os filhos, mantendo pouco contato com o país de origem, seu estudo apresenta evidências contrárias, visto que os tradutores finlandeses, em geral, residem em outro país (Luxemburgo) com sua família e realizam seu trabalho para a instituição, porém assumem a posição de que servem os cidadãos europeus e não à Comissão. Desse modo, pressupõe-se um conflito de identidade e, se eles estão inseridos em uma “cultura” ou “intercultural”, conforme argumentado, trata-se de um conflito de identidade cultural. Nos capítulos subsequentes, ao analisar a posição dos referidos tradutores diante do país que tiveram de adotar em função do trabalho, nota-se que não há um envolvimento emocional com a nova cultura, ou seja, eles não se consideram parte integrante de uma nova cultura. De qualquer modo, Koskinen declara que não se propõe a aprofundar essa questão e assume como ponto de partida para seu estudo que a unidade de tradução é uma rede de conexões carregada de influências internas e externas. Assim, faz dessa variedade de elementos o seu objeto de pesquisa. O final da primeira parte é dedicado a uma autorreflexão sobre seu papel como pesquisadora com a experiência

de já ter sido tradutora nessa mesma instituição no passado. De um modo geral, sua autoavaliação é positiva, visto que, segundo ela, veio a acrescentar informação aos seus dados de pesquisa. Entretanto, é interessante ressaltar que a autora apresenta diversos questionamentos sobre sua posição que podem ser discutíveis, tais como até que ponto ela ainda possui uma relação com a unidade e se esse contato prévio pode agregar ou prejudicar sua análise, entre outros. Interessante ressaltar que ela se posiciona de modo consciente com relação aos riscos de sua interferência nos resultados ou mesmo de uma análise tendenciosa por não se tratar de uma pesquisadora neutra.

A segunda parte do livro, composta por três capítulos, dedica-se à aplicação da metodologia no trabalho dos tradutores. Nessa parte, são apresentados os resultados de suas observações, o papel dos tradutores, a análise das discussões em grupo e um estudo comparativo dos textos e suas respectivas traduções. Primeiramente, a autora apresenta uma abordagem etnográfica da instituição, seus documentos e a missão dos tradutores. Observa que o trabalho dos tradutores não é regido por uma regulamentação ou política específica, o que levanta a crítica sobre a falta de reconhecimento da profissão em um contexto no qual o ofício é de suma importância. No que tange à missão, constam dois itens que merecem destaque: “promover a cooperação interinstitucional” e “aperfeiçoar a qualidade dos documentos traduzidos” (p. 71). De acordo com os resultados do estudo, o trabalho dos tradutores é permeado por invisibilidade, não há praticamente interação alguma dos tradutores com os autores dos textos ou com outros pares, e eles nunca recebem um retorno ou qualquer tipo de avaliação sobre suas traduções. Portanto, o estudo demonstra que há uma enorme contradição entre a proposta e a prática.

Na sequência, a autora analisa o modo como os tradutores negociam suas “identidades nacionais” com a “identidade europeia”, questionando “como sua profissão afeta sua identidade e qual é sua identidade profissional” (p. 82). Conforme a autora menciona na primeira parte do livro, os tradutores colocam-se na posição de servir os cidadãos europeus, mas, na verdade, traduzem para a Comissão Europeia e não sabem exata-

mente a quem se destina o seu trabalho. Embora parte integrante e essencial da Comissão Europeia, os tradutores constituem um grupo separado e até, de certo modo, isolado. Além disso, pelo fato de desconhecerem o público-alvo ou quem serão os leitores de seus textos, não é possível avaliar se o conteúdo de sua tradução é acessível ou de fácil entendimento diante do propósito a que se destina. De acordo com a autora, ao analisar os textos e suas traduções, pode-se observar que nas alterações predominam omissões, inclusive de metáforas, e traduções equivocadas, o que denota uma revisão imprecisa e tempo limitado. Koskinen conclui que esses fatores, associados à falta de uma avaliação de retorno para o tradutor, acentuam sua invisibilidade e a dúvida quanto à acessibilidade de sua tradução, desencadeando outras consequências como a sensação de falta de reconhecimento profissional.

As lacunas e questionamentos levantados neste volume constituem várias possibilidades para pesquisas futuras no âmbito da União Europeia, algumas sugeridas pela própria autora, como as traduções entre as várias línguas que a integram, o uso do computador nas traduções e os conflitos entre teoria e prática nas traduções.

Desse modo, o estudo de Koskinen presta uma valiosa contribuição à academia por abordar um amplo embasamento teórico e questões metodológicas com uma extensa bibliografia para complementar os tópicos abordados, agregando ao seu estudo áreas como a sociologia e a antropologia, uma tendência favorável aos estudos modernos da tradução.